

Como dialogar se as diferenças estão silenciadas na escola?

Carolyna Barroca

ANDRADE, Marcelo (Org.). *Diferenças silenciadas: pesquisas em educação, preconceitos e discriminações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. 180 p.

O livro *Diferenças silenciadas*, como exposto em sua apresentação, é resultado de pesquisas individuais e coletivas, concluídas e em andamento, no Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Gecec/PUC-Rio). O que congrega as investigações é a temática do preconceito e da discriminação e suas possibilidades de superação no campo da educação. Os pesquisadores partem da premissa de que o silenciamento e a não aceitação das diferenças são os geradores das diversas situações de violência no cotidiano escolar e apresentam, em nove capítulos, alguns dos silenciamentos mais frequentes no ambiente formal de ensino, além de possibilidades de atuação e estratégias para a superação dessas situações que negam vez e voz à diferença.

Como questão central da obra, os pesquisadores buscam responder a seguinte pergunta: *como, em uma sociedade tão multicultural como a nossa, ainda persistem as dificuldades de se dialogar com as diferenças dentro do contexto escolar?* A partir de uma perspectiva interdisciplinar – exposta também na formação acadêmica dos membros do grupo de pesquisa (Pedagogia, Filosofia, História, Biologia, Sociologia, Política, Linguística) –, o livro apresenta discussões fundamentais para professores em formação inicial e/ou continuada, a fim de trabalhar o tema das diferenças na escola.

O capítulo inicial se propõe a apresentar alguns aspectos para o aporte teórico do livro. Por meio da defesa de uma educação intercultural centrada em uma concepção ético-filosófica sobre o diálogo, Marcelo Andrade e Luiz Câmara apresentam uma possibilidade analítica e prática de enfrentamento das exclusões

que o ambiente escolar provoca. É dividido em três partes, das quais a primeira aponta as diferenças entre o silêncio e o silenciamento. Para o conceito de silêncio, recorrem a Hannah Arendt e seu entendimento sobre o “dois-em-um”, no qual a reflexão introspectiva pressupõe perguntas e respostas que o indivíduo faz a si mesmo. Há ainda o silêncio como uma estratégia de enfrentamento de conflitos, quando o diálogo não se faz presente, pois o interlocutor não é considerado confiável. Já o conceito de silenciamento pressupõe uma imposição, uma atuação proposital de não deixar falar, não deixar expor, não ouvir. A segunda parte apresenta a ética do discurso, tendo por base as contribuições teóricas de Adela Cortina como proposta de sustentação de uma educação intercultural e suas principais contribuições para uma ética dialógica na qual as diferenças não serão hierarquizadas, excluídas ou silenciadas. Nesse sentido, uma mudança do “eu penso” para o “nós argumentamos” é essencial na formação de juízos morais e fundamental na escola, na opinião dos autores. Por fim, a terceira parte deste capítulo apresenta os capítulos subsequentes buscando orientar uma leitura sensível às temáticas abordadas.

O segundo capítulo é de autoria de Adela Cortina e traz suas contribuições teóricas na defesa de que todos os indivíduos podem e devem desenvolver uma consciência moral, desde que se tenha o interesse em agir de acordo com essa consciência. Trabalhando desde a ideia de moralidade coletiva, a filósofa espanhola nos apresenta um questionamento: como incentivar, em nossa sociedade, uma moral coletiva, dado que esta possibilita maiores ideais de justiça social, de forma a secundarizar o individualismo? O investimento em uma educação na qual tais preceitos morais sejam desenvolvidos surge como possibilidade. Assim, a partir do questionamento sobre o que seria educar moralmente, Cortina traça um panorama das tradições morais mais marcantes no mundo ocidental. A educação para tal formação moral torna-se possível diante do fato de que os seres humanos possuem uma necessidade intrínseca de se relacionar uns com os outros, não somente para sobreviverem, mas também para desenvolverem a sua inteligência e criarem diferentes possibilidades de viver, possibilidades que ao serem escolhidas excluem outras que tendem a se materializar no individualismo. O capítulo é concluído tendo como embasamento a “busca pela felicidade” já explicitada em Aristóteles, para o qual todos os seres humanos buscam ser felizes. Nesse sentido, a aposta da filósofa é na formação moral que incentive uma capacidade criadora e que leve em conta a dimensão comunitária das pessoas e a capacidade de universalização de que estas dispõem. A partir desta formação, conflitos podem ser minimizados, pois o outro passa a ser visto não mais como meio, mas sim como um fim em si mesmo, como um interlocutor com quem se busca construir um mundo melhor.

O capítulo três, de autoria de Felipe Bastos, Raquel Pinho e Rachel Pulcino, apresenta o silenciamento que a heteronormatividade, norma social que define padrões de orientação sexual e também de comportamentos socialmente esperados dos indivíduos, impõe às diferentes orientações sexuais e de gênero no contexto escolar. A partir de estudos sobre documentos nacionais que tratam o assunto da diversidade sexual e de pesquisa com professores e alunos, os autores questionam como o tema da diversidade sexual aparece e é tratado na escola. O trabalho tem

como foco documentos curriculares que apontam as diretrizes para a educação básica no Brasil e depoimentos de como docentes de ciências e biologia concebem as discussões sobre a diversidade sexual em suas atividades pedagógicas cotidianas. Os autores também consideram a visão dos estudantes para compreender se no cotidiano escolar há espaço para que estes questionem, reflitam e discutam sobre a diversidade sexual e de gênero, aspecto tão presente hoje na escola. Uma das conclusões apresentadas reporta que a escola ainda é um espaço que favorece o silenciamento de determinadas identidades, no âmbito da diversidade de gênero e sexualidade. Defendem que o currículo, os docentes e os educandos devem estar no centro dos debates sobre tais temáticas para que ocorra uma mudança de postura que vá de encontro ao silenciamento escolar.

No capítulo quatro, Luís Dorvillé, Pedro Teixeira e Camila Soares abordam as relações da escola com as identidades religiosas dos estudantes e as dimensões da inserção da religião na esfera pública. Iniciam seus argumentos deixando em evidência que as discussões relacionadas à religião e à diversidade religiosa estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano e que também foram levadas à escola. Como recorte, os autores discutem as resistências de grupos evangélicos pentecostais e fundamentalistas ao ensino da evolução biológica nas disciplinas de ciências e biologia. Tais resistências se originam na organização de movimentos criacionistas e antievolucionistas que, embora tenham maior influência nos Estados Unidos, possuem um grande número de adeptos em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. A escola pública, segundo os autores, sempre foi um grande espaço de disputa para os criacionistas, em razão do imenso alcance que ela possui e por ser espaço formativo de grande parte da população. Mesmo com o destaque dado à evolução biológica, o tema ainda encontra resistências em sala de aula quando estudantes com crenças fundamentalistas apresentam dificuldades quanto ao grau de complexidade e de abstração dos conteúdos evolutivos. Ao fim do capítulo, os autores defendem a abordagem de Adela Cortina, propondo que a temática evolução seja vista como um mínimo ético e epistemológico ao qual todo estudante deveria ter acesso. Abordam ainda as concepções e interpretações originadas do multiculturalismo como possibilidades para mediar os conflitos entre as diferentes culturas nas quais estamos imersos.

No quinto capítulo, Giselly Peregrino, pesquisadora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), traz outra fonte de silenciamento no contexto escolar, ao analisar como alunos surdos adultos percebem o preconceito contra a surdez e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O capítulo aponta inicialmente discussões teóricas sobre o conceito de preconceito, entendido como “algo que sobrevive às evidências que poderiam perturbá-lo” e que não deve ser considerado uma incapacidade de entender as diferenças, mas sim algo que envolve juízos passados. O texto apresenta depoimentos e visões dos entrevistados sobre situações nas quais sentiram o preconceito, bem como os desafios de perceber tais ocasiões. No que se refere à Libras, Giselly Peregrino aponta que além das dificuldades do cotidiano, também experienciadas no seio da própria família, o preconceito linguístico ainda é muito evidente. Ela conclui o trabalho de pesquisa apontando os perigos do

silenciamento de alunos surdos e do não entendimento da Libras, visto que essas são as linguagens possíveis de comunicação da comunidade surda, ainda mais em uma sociedade que deseja ser plural. O preconceito, nesse caso, é um processo de silenciamento que pode gerar discriminação, humilhação, intolerância, violência física ou simbólica. Nesse sentido, a pesquisadora defende que é necessário repensar juízos de valores que fomentam esse preconceito, bem como favorecer a vivência de novas experiências que os refutem.

Pâmela Esteves e Marcelo Andrade abordam, no sexto capítulo, o fenômeno do *bullying*, aqui entendido como uma violência escolar que parte do não reconhecimento da diferença. Elaborado com base em uma pesquisa empírica realizada com estudantes de uma escola de ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro, o capítulo é dividido em três momentos: no primeiro, os autores apresentam e discutem o conceito de *bullying* a partir da dificuldade que os estudantes possuem em lidar com a diferença; no segundo momento, se apoiam na teoria de Charles Taylor para abordar o reconhecimento social e a noção de identidade; no terceiro momento, o *bullying* é entendido como parte do processo de banalização da violência e relacionado ao conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt. Concluindo o capítulo, os autores defendem que o entendimento do *bullying* como uma brincadeira é errôneo. Enfrentar o *bullying* é investir em uma proposta pedagógica que fomente o pensamento – conceito de Arendt – e novas concepções sobre a diferença.

As autoras Claudia Miranda e Sandra Marcelino analisam, no capítulo sete, um diário de bordo, do ano de 2014, confeccionado por uma professora negra de uma escola da rede pública de Queimados, região metropolitana do Rio de Janeiro, que buscava inserir práticas antirracistas em seu cotidiano. A análise parte de uma perspectiva teórica intercultural, decolonial e antirracista que busca, além de compreender o racismo em salas de aulas com crianças e adolescentes majoritariamente negros, apontar possibilidades de intervenção para professoras negras e militantes nessa realidade. As autoras defendem as ressignificações das práticas discursivas e de espaços de construção de saberes, de forma a ampliar as representações de sujeitos subalternizados e silenciados. Outras imersões em contextos escolares formados por uma maioria negra possibilitariam diferentes entendimentos e formações teóricas sobre tais questões também no ambiente acadêmico.

O capítulo oito é de autoria de Mônica Almeida e Mônica Romitelli e nos traz uma reflexão sobre uma das formas de se combater o silenciamento de corte racial, por meio de políticas públicas, como é o caso das políticas de ações afirmativas na educação. Com foco nas políticas raciais no ensino superior, as pesquisadoras se utilizam da comparação destas nos cenários nacional e internacional para apresentá-las como possibilidades para se combater as desigualdades sociais e promover a diversidade cultural no campo educacional. No início do trabalho, elas argumentam que as ações afirmativas são baseadas na busca por pluralidade cultural e por uma reparação histórica que visa promover diversidade e maior distribuição de justiça social. Indo além das motivações para as políticas raciais, Almeida e Romitelli defendem que o princípio da diversidade é uma forma de promoção de uma sociedade

mais justa e que valorize as diferenças. O rompimento do silenciamento de identidades socialmente marginalizadas, neste trabalho, caminha junto com atuações políticas e jurídicas que respaldam atuações no meio pedagógico. A representação de identidades marginalizadas após a implementação da política de cotas ganhou mais vez e voz, bem como auxiliou na promoção do empoderamento. Por fim, defendem que a escola e a universidade ainda são espaços fecundos para formação de novas possibilidades de superação de silenciamentos ao evocarem respeito mútuo na construção de uma sociedade mais justa.

Concluindo a obra, Helena Araújo e Monique Longo apresentam um ensaio teórico baseado em Hannah Arendt, Paul Ricouer e Beatriz Sarlo. As pesquisadoras defendem a proposta de uma “educação para o recomeço” para a superação dos silenciamentos expostos ao longo da obra e de muitos outros presentes no cotidiano escolar e também em nossa sociedade. O pensamento, como forma de exercício da compreensão, e o perdão são, segundo as autoras, importantes ferramentas para a superação dos preconceitos. O pensamento, segundo Arendt, constitui um esforço de compreender o mundo e se reconciliar com a forma como agimos nele. O perdão é apresentado pelas autoras como forma de reconhecer os limites humanos, optar pela justiça e rememorar o acolhimento e a superação do erro. Assim, a defesa e busca de uma “memória feliz”, em uma sociedade tão plural, possibilita o ato de pensar e também de revisitar o passado com vistas a criar um presente e um futuro mais justo e igualitário, dado que a memória não é compreendida somente como um direito, mas também como um dever e uma necessidade moral, jurídica e política.

Os trabalhos reunidos nesta obra possibilitam maior entendimento dos temas do silenciamento e de seu enfrentamento a partir de uma aposta na educação intercultural e na ética do discurso. Dentro do contexto escolar, as pesquisas realizadas pelo Gecec/PUC-Rio, apontam que os chamados “diferentes” são os que encontram mais barreiras para se expressar e ter as suas vozes e identidades reconhecidas. As diferenças de classe, gênero, raça, orientação sexual, crenças religiosas, origens, pertencimentos e afins são as mais silenciadas na escola. A uniformidade como defesa errônea da igualdade ainda se faz bastante presente nos espaços educacionais. A partir de diferentes óticas, a obra oferece contribuições para reflexões sobre conflitos do cotidiano escolar e possibilidades de formações de novas epistemologias, teorias e práticas pedagógicas.

Carolyna Barroca é mestranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e especialista em Gênero e Sexualidade, pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj), e em Ensino de História e Ciências Sociais, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisa currículo, gênero, sexualidades, movimentos feministas e movimentos sociais.

carolynabarroca@gmail.com